O LEÃO, A RAPOSA E AS POMBAS:
O REALISMO DE MAQUIAVEL E A ÉTICA

*Isaar Soares de Carvalho**

RESUMO

O artigo expõe o contexto histórico e conceitual do pensamento de Maquiavel e discute os seguintes conceitos básicos de sua obra: sua crítica dos Estados Eclesiásticos e a utilidade da Religião para o Estado leigo; o lugar da crueldade na ação política; o uso da astúcia, da força e da dissimulação com a finalidade de conquistar e preservar o poder. Também examina a tese do *Contrato Social* de Rousseau de que Maquiavel ensinou não aos reis, mas aos povos e indaga, sobre o fundamento da teoria pura do direito de Kant: é "racional" submeter a Ética à Política.

Palavras-chaves: humanismo; teoria do Estado; realismo; estratégia política; democracia; direito e ética.

ABSTRACT

The article shows the historical and conceptual context of the Maquiavel´s thought and discuss the followings basics concepts of his work: his critic of the Ecclesiastical States and the use that the State can make of the Religion; the place of the cruelty in the

* Mestre em Filosofia Política pela Universidade de Campinas – Unicamp. Professor de Filosofia da Faculdade de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. Professor de Filosofia do Centro Universitário do Ipiranga – Unifai e Professor de Filosofia da Faculdade Anchieta.

political action; the use of the astuteness, of the force and of the dissimulation in order to conquest and to preserve the power. Also examine the thesis of Rousseau´s *Social Contract* that Maquiavel had teach not the kings, but the people an asks, upon the grounds of Kant´s pure right theory: is it "rational" to submit the Ethics to the Politics?
Keywords: humanism; theory of the State; realism; politic strategy; democracy; right and ethics.

1) O CONTEXTO DO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

O pensamento de Maquiavel situa-se no contexto do Humanismo, caracterizado pela renúncia das tradições mitológicas e dogmáticas e a adoção da racionalidade científica, tanto em relação à natureza quanto ao homem, nas dimensões éticas, sociais, pedagógicas, produtivas e políticas da existência. Há um amplo questionamento dos dogmas da cultura da época, fossem estéticos, filosóficos, científicos, políticos ou religiosos. Tradições que impediam o progresso do espírito e das instituições sociais e políticas são questionadas, o homem é colocado como sujeito e autor da história.

A crítica humanista, no entanto, tem raízes anteriores ao século XVI, podendo ser comparado ao surgimento da Filosofia na cultura grega, tanto em relação à explicação racional da natureza quanto às indagações antropológicas, morais, pedagógicas e políticas. Conhecer-se a si mesmo, o objetivo da dialética socrática, era sem dúvida uma preocupação humanista. Ao afirmar que "o homem é a medida de todas as coisas", Protágoras deu início a uma antropologia racional e à teoria do conhecimento, e tanto ele quanto Górgias, Trasímaco, Antifo e Hípias contribuíram para uma visão laica da Ética, do Direito e da Política no século V a.C. e podem ser considerados também como precursores do Humanismo. Também há uma interpretação humanista da realidade nos estóicos latinos, como Cícero, Marco Aurélio e Sêneca, que passaram a utilizar o termo "humanidade" em seu pensamento. Os

cristãos, com seu ideal de evangelizar o mundo e de amor ao próximo, também contribuíram para o fortalecimento do conceito de humanidade. Mais tarde, na Itália, Petrarca (1304-1374) seria um dos pioneiros do Humanismo.

A partir do século XVI os filósofos procuram conhecer o homem do ponto de vista biológico, valorizando também, como já afirmamos, a sua autonomia moral. Ele tanto é capaz de conhecer a natureza e servir-se dela, quanto de conhecer-se e formar-se a si mesmo, desenvolvendo uma consciência crítica e ativa em relação à sua intervenção nos destinos das instituições sociais e políticas. A Ciência, que é vista de forma otimista e prática em relação ao domínio da natureza, e como possibilidade de libertação dos males físicos e de prolongamento da própria existência, também é interpretada em relação à sua contribuição para o desenvolvimento de uma nova moral e novas formas de organização social e política[1].

A Física é marcado pela substituição do sistema cosmológico de Aristóteles pelo de Copérnico (1473-1543). Tal mudança teve conseqüências do ponto de vista científico, cultural e político, pondo fim à distinção entre o mundo mais alto e o mundo mais baixo. Todos os movimentos, da Terra e dos outros corpos celestes, seguem as mesmas leis universais. De acordo com Giordano Bruno (1548-1600), "o mundo é um todo infinito, atravessado e animado pelo mesmo espírito", não há neles lugares privilegiados, não existe céu, nem algo supra ou sublunar[2].

A mentalidade humanista é iconoclasta, isto é, promove a queda de vários mitos. A História não mais é concebida nos

1. Posteriormente, Francis Bacon, um dos fundadores do Empirismo, afirmaria que o conhecimento é um meio para que nos sirvamos melhor da natureza, e René Descartes demonstraria grande entusiasmo com o desenvolvimento da Ciência, devido aos seus benefícios práticos e à possibilidade de a própria vida ser prolongada.
2. De acordo com Giordano Bruno, "o mundo é um todo infinito, atravessado e animado pelo mesmo espírito divino". Apud E. Cassirer, *O Mito do Estado*, p. 151.

moldes agostinianos de um homem que caminha para a verdadeira cidade, a cidade de Deus, mas passa a ser estudada da mesma forma que as Ciências Naturais, com a finalidade de possibilitar a intervenção humana em seu curso. De acordo com Maria Tereza Sadek:

> O estudo do passado não é um exercício de mera erudição, nem a história um suceder de eventos em conformidade com os desígnios divinos até que chegue o dia do juízo final, mas sim um desfile de fatos dos quais se deve extrair as causas e os meios utilizados para enfrentar o caos resultante da expressão da natureza humana[3].

Em relação à Política, o pensamento deixava de gravitar em torno da tradição e da visão eclesiástica para interpretá-la como um fenômeno real. Deixava a imaginação para lidar com os fatos. O principal responsável por essa mudança radical foi o florentino Maquiavel (1469-1527), que rejeita tanto as concepções idealistas da Política presentes na Filosofia antiga quanto na tradição escolástica. Sua principal obra, *O Príncipe*, situa-se na cultura européia como uma marca de seu tempo, e tem nela seu lugar e seu sentido. A ordem feudal se desintegrava e começava a cair, dando lugar às monarquias, à autonomia nacional e a uma nova classe, a burguesia, que teve sua origem histórica, na realidade, desde o fim do primeiro milênio. Sua obra fortalece as ideologias dessa classe, que defendia a dessacralização do político, a independência do poder temporal frente ao Papado e o primado do Estado sobre a Religião.

Há uma conexão entre a nova Cosmologia e a nova Política. Maquiavel analisou os fatos políticos como mais tarde Galileu examinou os fenômenos naturais, isto é, observando sua estática e sua dinâmica[4]. É significativo que isso parte

3. Maria Tereza Sadek. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù*, p. 19.
4. Idem, p. 154.

não só de um pensador, mas de um homem de ação, e de um italiano, que convivia com os Estados eclesiásticos de perto, e que exerceu funções diplomáticas. Para ele o estudo da História visa a estratégia para a intervenção nos fatos políticos da mesma forma que, a partir do conhecimento das leis naturais, pode-se intervir na natureza e servir-se dela, ou mesmo imaginar, isto é, inventar hipóteses de intervenção, criar novos paradigmas, como dizemos a partir de Thomas Kuhn. E isso pode ser visto com clareza na sua afirmação:

> Aquele que estudar cuidadosamente o passado pode prever os acontecimentos que se produzirão em cada Estado e utilizar os mesmos meios que os empregados pelos antigos. Ou então, se não há mais os remédios que já foram empregados, imaginar outros novos, segundo a semelhança dos acontecimentos[5].

2) MAQUIAVEL, O ESTADO E A RELIGIÃO

Maquiavel viu o surgimento da nova mentalidade e da nova estrutura social e procurou compreendê-la: "tinha assistido à sua origem e previu os seus efeitos"[6]. Por seu método e por seu conteúdo, sua obra, comparada a outras, pareceria estranha ao leitor.

Ele falava com desdém e ironia dos Estados baseados "na simples tradição e no princípio da legitimidade"[7]. Zombava claramente dos Estados eclesiásticos. Seu interesse estava nos corpos políticos criados e mantidos pela força[8].

Filósofos medievais citavam muitas vezes a seguinte afirmação do Apóstolo Paulo, como forma de legitimação da ideologia da origem divina do Estado:

---

5. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Livro I, cap. XXXIX, apud Sadek, op. e loc. cit.
6. E. Cassirer. *O Mito do Estado*, p. 152.
7. Idem, ibidem.
8. Idem. De acordo com Maria Tereza Sadek, para Maquiavel "o poder nasce da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força". Op. cit., p. 22.

> Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas[9].

Maquiavel também vai claramente contra isso, bem como contra a concepção de Santo Agostinho, para quem "a verdadeira justiça só se encontra no Estado cujo fundador e dirigente é Cristo"[10].

E não há dúvidas de que na própria *Dedicatória* de sua obra ele ironiza a obra de Santo Tomás de Aquino, intitulada *Sobre o Regime dos Príncipes*, na qual o autor apresenta uma interpretação das formas de governo, baseado em Aristóteles, bem como utiliza as Escrituras para defender a necessidade da organização política e a monarquia como a melhor forma de governo. A obra de Maquiavel se chama, simplesmente, *O Príncipe*, e tem o estilo de um manual, defendido por ele na própria *Dedicatória*.

Mesmo no contexto da Filosofia da Renascença, os conceitos de caráter idealista em relação à política, quer filosóficos, quer teológicos ou pseudoteológicos, eram defendidos e ainda se encontravam em pleno vigor e mesmo autores e reis que defendiam o primado do poder temporal não o faziam de forma explícita, devido ao poder papal, cuja interferência no poder temporal o colocava acima deste, sendo, portanto, temporal. Nesse caso justifica-se a afirmação de Maquiavel de que "o poder, o poder político real e de fato, é tudo, menos divino"[11].

---

9. Idem, ibidem. Cf. Epístola aos Romanos XIII, 1. Paulo, porém, como outros apóstolos e fiéis, foi obediente, primeiro, ao Senhor, depois ao Estado. A soberania de Deus, para o cristão, está acima de qualquer magistrado.
10. Paul Tillich, *História do Pensamento Cristão*, p. 126.
11. Idem, p. 153-156. Cassirer observa que Maquiavel poderia ter se inspirado para a concepção do Estado absoluto moderno no governo de Frederico II, ao Sul da Itália, ocorrido três séculos antes d'*O Príncipe*, mas o rei dava explicações místicas para a origem de seu poder.

Seus argumentos não se baseiam em máximas, como se fazia nas disputas escolásticas, mas nos fatos da vida política, na "natureza das coisas", mais que no "sistema hierárquico e teocrático".

Cassirer observa que Maquiavel "não era um filósofo no sentido clássico ou medieval do termo. Não possuía um sistema especulativo, nem mesmo um sistema de política". Mas, continua, sua obra teve importância decisiva na Filosofia "porque ele foi o primeiro que quebrou, decidida e inquestionavelmente, a tradição escolástica. Destruiu a pedra angular dessa tradição – o sistema hierárquico"[12].

Maquiavel reconhecia que a Religião faz parte da vida social do homem, sendo um de seus elementos necessários, mas não a reconhecia como "dogmática, independente e absoluta"[13]. Os Principados Eclesiásticos, de acordo com ele, também são conquistados pela astúcia ou pela força. Porém, são mantidos sem qualquer uma das duas, mas apenas pela rotina da religião.

Essas instituições são fortes a ponto de sustentarem o príncipe no poder, quaisquer que sejam seus procedimentos. Apenas seus príncipes "possuem Estados e não os defendem" e súditos que não procuram e nem podem prejudicar o príncipe. Tampouco há súditos que governam. Dessa forma, "ainda que os Estados sejam indefesos, não lhes são arrebatados". Daí a crítica de Maquiavel à instituição eclesiástica de que "somente esses principados, portanto, são, por natureza, seguros e felizes"[14]. Alguns, na realidade, confirmaram tanto o caráter temporal desse poder dito espiritual, que tornaram o papado poderoso devido às armas.

Apesar de afirmar que os principados eclesiásticos "são regidos por Deus" e que foge aos seus objetivos tratar deles,

12. Idem, p. 153.
13. Idem, p. 156.
14. Idem, p. 51.

Maquiavel os aborda de forma direta, apresentando a astúcia como virtude política e administrativa. Demonstra que antes do Papa Alexandre VI os potentados italianos pouca importância davam ao poder temporal da Igreja, mas que ele fez com que, nos dias do próprio florentino, até o rei de França passasse a temer seu poder, pois não cometeu os erros dos pontificados anteriores, que eram facciosos e provocavam a queda dos papas em média após dez anos de mandato[15].

O papa Júlio, sucessor de Alexandre, encontrou a Igreja forte, podendo acumular dinheiro, e com o objetivo de engrandecer a Igreja, conquistou Bolonha, liquidou os venezianos e expulsou os franceses. Manteve os partidos inativos, tanto pelo poder da Igreja quanto por tais partidos não terem partidários no sacro colégio[16].

Ele deixa clara a relação entre poder "espiritual" e temporal ao afirmar que "da ambição dos prelados, nascem as discórdias e os tumultos entre os barões"[17]. A Itália entrou em declínio devido ao conflito entre o Imperador e o Papado, no qual o primeiro apoiava a nobreza, que subjugava as cidades, e o segundo favorecia as cidades, com o objetivo de aumentar seu poder temporal. O Império começou a ser repelido e o papado passou a ter maior poder, a ponto de a quase totalidade da Itália ter ficado em poder da Igreja e de algumas repúblicas e "em muitas cidades, simples particulares se tornaram príncipes"[18].

Para ele, porém, isso era indevido, e o uso pagão da Religião era o único racional. Roma, por exemplo, a utilizara para o fortalecimento do Estado. A Religião é necessária não como fim em si mesma, mas como "simples ferramenta na mão dos dirigentes políticos"[19].

15. Cf. p. 52.
16. Idem.
17. Cf. p. 53.
18. Idem, p. 58.
19. Idem, ibidem.

O processo de secularização do Estado, que aos poucos era desenvolvido, teve em seu pensamento uma legitimação teórica. Posteriormente, na obra de Thomas Hobbes, isso foi corroborado. Um dos argumentos mais relevantes de Hobbes é o de que a Igreja se tornou sucessora do Império Romano. O próprio termo "pontifex maximus", que significava inicialmente que o papa era a suprema autoridade em assuntos espirituais, indicava também que ele "era um funcionário sujeito ao poder civil". Mas depois do fim do Império ele foi apropriado pela Igreja em relação ao Bispo de Roma, que pretendia ter um império universal, o que conseguiu por meio do medo que incutiu nos fiéis, aos quais ensinava que, nas divergências entre os imperadores, eles deveriam permanecer fiéis acima de tudo à Igreja, antes que a seus príncipes, pois o papa era o sumo pontífice[20].

3) O LUGAR DA CRUELDADE NA AÇÃO POLÍTICA

Maquiavel não procede a uma classificação axiológica das formas de governo, como o fizeram grandes pensadores, tais como Platão e Aristóteles. Para ele não há uma forma de governo idealizada. O bom governo deve ser exercido por quem tenha saber político, isto é, conheça a arte de bem governar e saiba lidar com a fortuna, adiantando-se a ela e mantendo-se à frente dos acontecimentos, aproveitando os momentos criados por ela e inventando o possível nas situações concretas[21].

Os preceitos morais e políticos era valorizados apenas de um ponto de vista instrumental. Para Maquiavel interessavam mais as conseqüências sociais e políticas dos valores que a

20. Cf. Thomas Hobbes, *Leviatã*, cap. XLVII, p. 573. S. Paulo: Martins Fontes, 2003.

21. A noção de "fortuna" em Maquiavel, apesar de seu realismo político, tem um caráter mitológico. Assim como Alexandre Magno se servia de oráculos e superstições para tomar decisões, ele parece conservar um elemento mitológico em seu racionalismo político.

intencionalidade moral dos autores. Tanto o emprego de meios considerados tradicionalmente imorais como a violação de princípios morais pessoais poderiam ser admitidos em nome da utilidade pública. No entanto, a violência, a crueldade e o engano nunca são fins em si mesmos, mas devem ser submetidos a um controle racional. Aqui o termo "racional", evidentemente, é ideológico, pois adquire seu significado do termo "Estado", não de uma razão no sentido de Xenófanes, por exemplo, que afirmava: "O nosso saber vale muito mais do que o vigor dos homens e dos cavalos. Não é justo preferir a força ao vigor do saber"[22].

Maquiavel afirma que é possível tornar-se príncipe das seguintes formas: 1) por meio da fortuna; 2) pelo mérito; 3) pela maldade, contra as leis humanas e divinas; 4) pelo favor dos conterrâneos[23].

Ele apresenta dois exemplos de casos em que se chegou a ser príncipe por meio da maldade e da falta de respeito às leis humanas e divinas, afirmando que o príncipe ou outro ator político poderia imitá-los "se estivesse em condição de devê-lo fazer".

O primeiro dos exemplos citados é o de Agátocles Siciliano. De origem impura e abjeta, teve uma vida criminosa desde a mocidade e ingressou na Milícia, chegando a ser Pretor de Siracusa devido à sua maldade. Nesse posto, "deliberou tornar-se príncipe e manter, pela violência e sem favor de outros, aquele poder que lhe fora concedido por acordo entre todos"[24]. Seu ardil para tornar-se príncipe consistiu em reunir o Senado e o povo de Siracusa, ocasião em que seus soldados mataram todos os senadores e os homens mais ricos

22. Xenófanes de Cólofon (580-460 a.C.), Frag. 2, apud Gerd A Bornheim, *Os Filósofos Pré-Socráticos*, p. 30 (Cólofon ficava na Ásia Menor e fazia parte da Confederação Jônica, a noroeste de Éfeso, na atual Turquia).

23. *O Príncipe*, Cap. VIII: "Dos que alcançam o Principado pelo Crime", p. 44.

24. Idem, p. 41.

da cidade. Então tomou o poder sem ter dificuldades em conservá-lo, pois depois disso não houve hostilidade da parte de qualquer dos cidadãos.

Sua estratégia na defesa da cidade dos cartagineses, por outro lado, é elogiada por Maquiavel: ele a defendeu apenas com parte de seus homens, tendo com outra assaltado a África, reduzindo à miséria os inimigos, que aceitaram um pacto: deixaram a Sicília e ficaram com a posse da África[25].

Avaliando suas ações e seus méritos, Maquiavel afirma que pouco se pode atribuir à fortuna. Agátocles não conquistou o principado sob favores alheios, mas cresceu na milícia enfrentando perigos, donde chegou ao poder, tendo tomado "decisões audazes e cheias de perigo" e suas atitudes não podem ser consideradas meritórias. Maquiavel afirma que ele conquistou o mando, mas não a glória e que em relação à habilidade, não se pode considerá-lo inferior aos melhores capitães. Mas seus crimes não possibilitam que ele seja lembrado "entre os mais ilustres homens da História"[26].

O segundo exemplo é o de Oliverotto da Fermo e Vitelozzo. O primeiro, sob o reinado de Alexandre VI, fora criado por seu tio materno, Giovanni Fogliani. Dedicou-se à vida militar. Orientado por Paulo Vitelli e, posteriormente, pelo irmão deste, Vitelozzo, conseguiu chegar a ser o primeiro da Corporação.

Pretendeu deixar de ser um dentre outros servidores e resolveu tomar o poder em Fermo, o que fez por meio de um homicídio coletivo. Assediou o Palácio e o Supremo Magistrado que nele estava. Foi formado um novo governo, do qual ele era o chefe. Matou a todos os descontentes e promulgou novas leis civis e militares. Maquiavel observa que os homens que o ajudaram "preferiram a servidão à liberdade de sua pátria". Durante o primeiro ano em que reinou, conseguiu inspirar temor nos vizinhos. Porém, foi enganado por César Bórgia e

25. Idem, p. 42.
26. Idem, ibidem.

estrangulado, junto com Vitelozzo, "seu mestre de ignomínias", como afirma o florentino.

Sem muito esforço podemos perceber como a chamada "razão de Estado" passa a ser um objeto de retórica, ao observarmos sua defesa da oportunidade da crueldade. Ao concluir sua exposição sobre os que alcançaram o principado pelo crime, ele indaga por que não houve revoltas e por que Agátocles conservou, como outros o fizeram, o poder interno e externo, e também indaga pela razão de outros homens cruéis não conservarem o mando, quer na guerra, quer na paz. E conclui que as conseqüências dependem de serem bem ou mal praticadas as crueldades[27].

As crueldades bem usadas, "se é que se pode dizer bem do mal", afirma ele, são aquelas que são feitas de uma só vez para darem segurança ao príncipe, o qual deverá, já em segurança, possibilitar o mesmo para os súditos[28].

As crueldades mal usadas são poucas a princípio, mas com o passar do tempo aumentam, em lugar de se extinguirem. O príncipe deve determinar quais as injúrias e executá-las todas de uma vez. Se as renovar dia a dia, perderá a confiança dos súditos. Agir de outra forma o levará a não confiar nos súditos, os quais não confiarão nele devido às suas injúrias constantes e ele terá, então, de manter-se constantemente armado.

Os benefícios devem ser feitos aos poucos, "para que sejam mais bem saboreados"[29]. E, sobretudo, o príncipe não deve deixar-se variar devido a acidentes. Em ocasiões adversas, poderá faltar tempo para fazer o mal, e o bem não será aceito por ser visto pelos súditos como forçado.

O Príncipe rompe com os paradigmas políticos baseados no saber dialético e na virtude, como os de Platão, que vê a própria organização social e política como conseqüência da falta de inteligência. Em suas próprias palavras:

---

27. Idem, p. 44.
28. Idem, p. 44.
29. Idem, ibidem.

> Não há, com efeito, leis ou organização superiores à sabedoria, e a justiça que reside nas coisas manda que a inteligência não dependa de nada, mas dirija tudo, se é uma inteligência verdadeiramente livre e nobre. Infelizmente, hoje não há inteligências com esta qualidade; só alguns a têm em mínimo grau. Nós, por conseguinte devíamos recorrer àquilo que tem o segundo lugar após o espírito, a organização política e as leis, capazes de estender a sua orientação a muitos aspectos da vida, mas não a todos[30].

4) A ASTÚCIA E A MANUTENÇÃO DO PODER

O conceito de astúcia em Maquiavel é fundamental. Isso se torna evidente quando ele define o Principado Civil, forma de governo em que se chega ao poder pelo favor dos concidadãos, quer do povo, quer dos poderosos, para o que, no entanto, "não é necessário grandes méritos nem muita sorte, apenas uma astúcia feliz"[31].

Ao tratar dessa forma de governo, dá grande valor conceitual à dualidade de vontade entre o povo e os grandes. Enquanto "o povo não quer ser governado nem oprimido pelos grandes", estes "desejam governar e oprimir o povo"[32].

Maquiavel examina a questão da oportunidade ou ocasião para o estabelecimento do Principado por ambas as partes, isto é, pelos grandes e pelo povo. Os grandes, diante da possibilidade de não resistirem ao povo, escolhem um dentre eles e o fazem príncipe, objetivando, "sob sua sombra, satisfazer seus apetites". O povo, por seu turno, não podendo resistir aos grandes, elege um cidadão que os proteja.

A seguir ele trata das dificuldades para manter-se no Principado. Aquele que é príncipe pelo favor dos grandes terá mais dificuldade do que se fosse eleito pelo favor do povo, porque muitos ao seu redor parecem ser iguais, e ele não pode comandar com seu próprio entendimento sem procurar

---

30. Platão, Leis, 1, XI.In: Umberto Cerroni, *O Pensamento Político*, I, p. 193.
31. Maquiavel, op. cit. p. 45. Cap. VIII: "*Do Principado Civil*".
32. Idem, ibidem.

satisfazê-los. Aquele que, porém, for levado ao poder pelo favor popular tem ao seu redor poucos que não queiram lhe obedecer, ou mesmo ninguém[33].

Enquanto a satisfação dos grandes tem como conseqüência a "injúria" a outros, com o povo isso não se dá, pois seu objetivo é não ser oprimido. O povo tem um objetivo "mais honesto"[34].

A seguir, trata da hostilidade do povo e dos grandes face ao príncipe e de como este pode se assegurar nessas situações. Em relação ao povo, não há como o príncipe assegurar-se, pois são muitos. A pior forma de hostilidade do povo é o abandono do príncipe. Quanto aos poderosos, por serem poucos, a resistência é possível. Os grandes podem ser hostis tanto abandonando quanto atacando e usando de astúcia para com o príncipe, pois têm "mais alcance de vista"[35].

O príncipe deve "viver sempre com o povo e prescindir dos grandes", usando-os conforme for conveniente, dando-lhes ou tirando-lhes a influência, "à sua vontade"[36].

Os grandes tanto podem ligar-se ao príncipe totalmente quanto parcialmente. Em relação aos primeiros, o príncipe deve tratá-los respeitosamente e amá-los, mas manter a prevenção, pois podem tornar-se rapaces. Em relação aos segundos, deve servir-se deles, objetivando a honra em tempos felizes e a ausência de temor em tempos adversos.

Quanto aos que não se obrigam com o príncipe por ambição e deliberação própria, pensando mais em si mesmos, deve o príncipe guardar-se e tê-los como inimigos, porque na adversidade colaborarão para arruiná-lo.

Verificamos, portanto, que o texto é uma reflexão sobre a arte da Política de forma realista, sem recurso aos ideais éticos da Filosofia Antiga e aos princípios morais do Cristianismo que,

---

33. Idem, ibidem.
34. Idem, p. 46.
35. Idem, p. 46.
36. Idem, ibidem.

a rigor, de acordo com Maquiavel, torna os homens fracos, efeminados e incapazes da virtude na vida pública. Para ele, de acordo com Cassirer, "uma religião meramente passiva, uma religião que evita o contato com o mundo, em vez de organizá-lo, revelou-se ser a ruína de muitos reinos e estados"[37].

O príncipe necessita do voto de amizade do povo. Se isso não ocorrer, terá fracasso nas adversidades[38]. É possível que ele até alcance vitórias em batalhas com poucos se o povo não for seu inimigo. Porém, isso não deve ser interpretado como garantia em situações em que o povo estiver sendo oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados, o que o colocará contra o príncipe.

O relacionamento com o povo deve ser visto também em relação à origem do poder do príncipe. Quando chega ao poder pelo favor popular, deve tornar-se amigo do povo, não o oprimindo. Quando, por outro lado, isso se dá contra a vontade popular, deve "procurar conquistar o povo" e ocupar-se de sua proteção[39].

Maquiavel observa a natureza humana para prescrever o modo de favorecer o povo. Observa que quando o povo recebe favor de um malfeitor, dá-lhe maior honra do que se o recebesse de alguém escolhido dentre seus pares. O modo de favorecê-lo, portanto, deve variar de acordo com as circunstâncias.

Em relação à estabilidade do príncipe, Maquiavel observa que quando se governa por meio dos magistrados, ela é incerta e precária, pois depende da vontade deles. Em situação de adversidade, poderão provocar guerra, desobedecer e tomar-lhe o Estado. Em tais condições, o príncipe não terá como retomar o poder absoluto, pois o povo, estando acostumado a obedecer aos magistrados, numa emergência não obedecerá ao príncipe. O príncipe, pois, não poderá confiar nos cidadãos em tempos de adversidade caso governe por meio dos magistrados.

---

37. E. Cassirer, *O Mito do Estado*, p. 156.
38. Maquiavel, op. cit. p. 47.
39. Idem, p. 46.

Nesse ponto, mais uma vez Maquiavel se reporta à natureza humana para fundamentar seus argumentos, afirmando que todos querem morrer pelo príncipe quando a morte está longe, "mas na adversidade encontram-se poucos"[40]. Por isso, o autor florentino aconselha ao príncipe que, como essa dedicação só ocorre uma vez, além de ter as virtudes do poder de comando, da coragem e da precaução, deve ter capacidade de incutir confiança no povo e "cogitar da maneira de fazer-se sempre necessário aos seus súditos e de precisarem estes do Estado; depois, ser-lhe-ão sempre fiéis"[41].

5) O LEÃO E A RAPOSA: A FORÇA E A DISSIMULAÇÃO NA PERFORMANCE DO PRÍNCIPE

Maquiavel afirma, baseado na observação dos fatos e na experiência, que grandes coisas foram feitas por certos príncipes sem que eles se empenhassem em cumprir a palavra dada, apesar de parecer reconhecer, de forma retórica, que "é louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade". Porém, prefere a astúcia no lugar da palavra dada, citando vários príncipes a quem considera superiores aos que são leais à palavra dada.

Para ilustrar essa tese, adota uma metáfora em que utiliza as figuras da raposa e do leão. Enquanto a raposa conhece os laços, mas não se livra dos lobos, o leão aterroriza os lobos, mas é presa dos laços. O príncipe "precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos".

Afirma que há duas formas de combater, pelas leis e pela força e que, sendo a primeira própria dos homens e a segunda própria dos animais, o príncipe deve recorrer à segunda, pois a primeira muitas vezes não é suficiente.

Ele não deverá guardar a palavra dada se isso vier a prejudicá-lo ou quando as causas que o determinaram deixa-

40. Idem, p. 47 e 48.
41. Idem, p. 48.

rem de existir. Mais uma vez Maquiavel parte de um pressuposto antropológico para justificar sua tese: os homens não são todos bons, mas pérfidos, e como não garantem que observariam a palavra dada, também o príncipe não é obrigado a cumprir a sua.

Muitos exemplos poderiam ser apresentados para demonstrar que quem se vale das qualidades da raposa sai-se melhor. Porém, é necessário dissimular essas qualidades, é necessário que o príncipe disfarce muito bem, seja um "bom simulador e dissimulador". As estratégias do príncipe seriam incompletas se ele não trabalhasse corretamente a sua aparência diante do vulgo, o qual, para Maquiavel, se impressiona com o que é superficial, não com a essência. Por isso, o príncipe precisa apenas da aparência, e aqui aparecem críticas de Maquiavel ao poder, ao mesmo tempo em que a prescrição de técnicas e estratégias. Como o vulgo, que é a maioria, apega-se ao que aparece, é vantajoso para o príncipe aparentar ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, isto é, ele "não precisa possuir todas as qualidades citadas, bastando aparentar possuí-las".

Maquiavel assevera que um príncipe não pode observar todas essas virtudes, e é forçado com freqüência a negá-las para manter o governo. Fernando, o Católico, por exemplo, pregava "incessantemente a paz e a fé, sendo, no entanto, inimigo acérrimo de uma e de outra. E se observasse qualquer deles, teria perdido a reputação e o Estado". Negava, portanto, a caridade, a fé, a humanidade e a religião.

Seguindo esse padrão, o príncipe deve ir para onde as variações da sorte o levarem. Não deve partir do bem, "mas, podendo, saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado". Mais uma vez, a crueldade aparece, pois, como um recurso técnico.

A qualidade que o príncipe mais deve aparentar é a da religiosidade, isso porque, por um lado, o que determina a ação política é o resultado: "nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, (...) o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Esta-

do". Os meios empregados, partindo dessa premissa, de acordo com o florentino, "serão sempre considerados honrosos e louvados por todos". Por outro lado, porque é o vulgo (a maioria), repete Maquiavel, que julga o príncipe. Se, portanto, ele tiver boa reputação com a maioria, a minoria não o ameaçará.

Conclusão: Maquiavel dava lições aos príncipes ou ao povo?

Há leitores e pensadores que vêem na obra *O Príncipe* uma crítica velada aos poderosos e uma defesa da democracia, como o fez Rousseau, que afirmou:

> (...) Parece natural que os príncipes sempre prefiram a máxima que lhes seja mais imediatamente útil. É o que Samuel expôs vigorosamente aos hebreus; é o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos[42].

De acordo com Lourival Gomes Machado, apesar das interpretações controvertidas em relação a essa afirmação do célebre pensador, "... certo é que Rousseau desejou ver no realismo brutal do Príncipe uma advertência aos homens livres, como diz em sua nota, que, por sinal, só apareceu em 1782"[43].

Lembremos que a edição original do *Contrato* é de 1762 e que a nota à qual se refere Lourival Gomes Machado foi acrescida 20 anos depois, devido às controvérsias hermenêuticas que a afirmação da primeira edição gerara. Nessa nota, encontramos a seguinte afirmação de Rousseau:

> Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão; ligado, porém, à casa dos Médicis, foi forçado, durante a opressão de sua pátria, a disfarçar seu amor à liberdade. A escolha de seu execrável herói (César Bórgia) por si só manifesta suficientemente sua intenção secreta...[44].

---

42. Rousseau, *Do Contrato Social*, Livro III, p. 89.
43. Idem, ibidem, nota 298.
44. Idem.

Observamos que também na nota acima Rousseau insiste em interpretar Maquiavel como um pensador da liberdade. Vejamos os termos "disfarçar seu amor á liberdade" e "sua intenção secreta".

Poderíamos perguntar, porém, tanto em relação às garantias e às precauções que o príncipe deve tomar para manter-se no poder, quanto ao caráter de dissimulação e de manipulação de seus favores para com os súditos, se o povo, de fato, ser-lhe-á sempre fiel, visto que o poder é sempre desejado. Também podemos indagar se a forma de governo preferida por Maquiavel, a República, chamada por ele de liberdade, não teria o mesmo domínio temido por Rousseau sobre o povo ao citar o profeta Samuel, que assim se expressara diante do pedido de Israel para ter um rei:

> Estes serão direitos do rei que houver de reinar sobre vós: ele tomará os vossos filhos, e os empregará no serviço dos seus carros, e como seus cavaleiros (...) outros para lavrarem os seus campos (...) e outros para fabricarem as suas armas de guerra (...) tomará as vossas filhas (...) tomará o melhor das vossas lavouras e os dará aos seus servidores (...) também tomará os vossos servos (...) e os vossos melhores jovens (...) dizimará o vosso rebanho e vós lhe sereis por servos[45].

Rousseau, que é contra o direito baseado na força, como o demonstra no *Contrato*, opondo-se claramente à teoria hobbesiana do Estado Absoluto, vê em Maquiavel, além do "homem honesto e bom cidadão", que de fato era, não o precursor da razão de Estado, mas um instrutor político do povo em relação aos grandes.

E Maquiavel de fato tem essa dubiedade, pois ao mesmo tempo, por exemplo, que dedica *O Príncipe* a Lourenço de Médicis e escreve as *Histórias Florentinas* como cortesão dessa

45. I Sm 8, 11-18.

família nos dois últimos anos de sua vida, tanto reinterpreta o Estado, fundando o realismo político, quanto, de fato, dá lições ao povo, às vezes de forma clara, às vezes de forma velada, o que se demonstra principalmente nas *Histórias*.

Porém, em lugar de ensinar *estratégias* ao povo, diretamente ele as ensina aos governantes e aos que pretendem participar da ação política de forma efetiva. Em vários trechos de sua obra, conforme foi citado, em lugar de prenunciar a democracia, ou de dar lições aos povos, não aos reis, como afirmara Rousseau, não estaria Maquiavel afirmando que mesmo a ética está a serviço do poder, assim como a crueldade, e que esta pode vir a ser um bem politicamente?

Maquiavel, ao nosso ver, deu lições tanto aos reis quanto ao povo, e este é o seu grande mérito. Ele tanto ensinou a ambos, que afirmou na *Dedicatória* de *O Príncipe* que "para conhecer bem a natureza dos povos é necessário ser príncipe, e para conhecer a natureza dos príncipes é necessário ser povo"[46].

Ele é interpretado por Maria Tereza Sadek, assim, como um pensador da estratégia política e, ao mesmo tempo, de forma indireta, da liberdade dos cidadãos, ao menos de consciência, como ocorreu com ele, que experimentou em sua existência que tanto os reis quanto os súditos têm de cuidar-se com a natureza humana e com sua instabilidade[47]. Ele foi "um cidadão sem fortuna", porém "um intelectual de virtù"[48].

Parece-nos que o exagero de Rousseau está em afirmar que Maquiavel deu lições *apena*s ao povo, referindo-se, porém, a um escritor que na conclusão de sua obra principal afirma: "não se deve, portanto, deixar passar esta ocasião a fim de fazer com que a Itália, depois de tanto tempo, encontre um re-

46. Maquiavel, op. cit. p. 4

47. Hobbes também se serve de pressupostos antropológicos para construir sua teria do Estado, o que ficou simbolizado em sua máxima de que "o homem é o lobo do homem". Cf. *Leviatã*, cap. XIII.

48. Maria Tereza Sadek, op. cit. p. 11 et passim.

dentor"[49]. Era, portanto, uma orientação e um apelo ao príncipe, ainda que se alegasse que a crueldade adotada para tanto, bem como outros vícios, seriam em benefício do povo.

E não nos esqueçamos de que Napoleão, ao comentar a afirmação de que "la grandeza de los crímenes borrará la vergüenza de haberlos cometido", afirma: "Triunfad siempre, aunque sea por los peores medios, y siempre os darán la razón"[50].

Que razão é essa? É a razão que afirma que não importa

> incorrer na fama de ter certos defeitos, defeitos estes sem os quais dificilmente [o príncipe] poderia salvar o governo, pois que, se considerar bem tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se bem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governante[51].

O maquiavelismo é portador de uma razão tal que, "como assinala Claude Lefort... serve a todos os ódios, metamorfoseia-se de acordo com os acontecimentos, já que pode ser apropriado por todos os envolvidos em disputa"[52].

No entanto, é uma razão que, com base nos "princípios puros do direito", foi negada por Kant, do qual destacamos as seguintes teses para a seqüência da reflexão do leitor após a leitura desta exposição:

1 – "A política diz: ´sede astutos como as serpentes´; a moral acrescenta (como condição limitante): ´e sem maldade como as pombas´"[53].

2 – "Procurai primeiramente o reino da razão pura e prática e sua justiça, e então vos será dada por si mesma vossa finalidade (o benefício da paz perpétua)"[54].

---

49. Maquiavel, *O Príncipe*, cap. XXVI, op. cit., p. 110.
50. Apud Guillermo Fraile. *Historia de la Filosofía, Vol. III: Del Humanismo a la Ilustración*, p. 303.
51. Maquiavel, op. cit. Cap. XV, p. 64.
52.Maria Tereza Sadek, op. cit. p. 13.
53. Immanuel Kant, *A paz perpétua e outros opúsculos,* p. 130.
54. Idem, p. 146.

3 – "As máximas políticas não devem originar-se do bem-estar ou da felicidade de cada Estado, esperadas como conseqüência delas, e por conseguinte não derivam da finalidade que cada um deles estabelece com objeto (do querer), enquanto supremo (mas empírico) princípio da sabedoria política, e sim provir do conceito puro do dever do direito (da obrigação moral, cujo princípio 'a priori' é dado pela razão pura), quaisquer que venham a ser as conseqüências físicas"[55].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo C. B. *Doutrinas e Filosofias Políticas*. S. Paulo: Atlas, 2002.
BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: UNB, 1978.
BORNHEIM, Gerd A. *Os Filósofos Pré-Socráticos*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
CERRONI, Umberto. *O Pensamento Político*. Vols. I e III. Lisboa: Estampa, 1974.
FRAILE, Guillermo. *Historia de la Filosofía, Vol. III: Del Humanismo a la Ilustración*. Madrid: BAC, 1991.
HOBBES, Th. *Leviatã*. Richard Tuck (org). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
KANT, Immanuel. *A paz perpetua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.
LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1988.
LEFORT, Claude. "Sobre a lógica da força". In: QUIRINO, Célia G.; SADEK, Maria Tereza (Orgs.). *O Pensamento Político Clássico*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
ROUSSEAU. *Do Contrato Social*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978 (Os Pensadores).
MAQUIAVEL. *O Príncipe*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1979 (Os Pensadores).
SABINE, George H. *História das Teorias Políticas*. Lisboa: Fundo de Cultura, 1964.
SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1989.
TILLICH, Paul. *História do Pensamento Cristão*. São Paulo: Aste, 1988.

55. Idem, p. 148s.